

O Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville: etnização e exclusão - o caso da erva-mate - Elaine Cristina Machado e André Rosa da Costa Corrêa

O Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville: etnização e exclusão - o caso da erva-mate

Elaine Cristina Machado*
elainemachado.ecm@gmail.com
Universidade do Estado de Santa Catarina

André Rosa da Costa Corrêa**
andrecorrea.marimon@gmail.com
Universidade da Região de Joinville

RESUMO: Ao analisar todo o contexto expositivo presente no Museu Nacional de Imigração e Colonização – MNIC e a disposição de um engenho de erva-mate exposto em fragmentos dentro de um dos espaços de visitação do Museu, o presente artigo pretende problematizar quais os motivos que levaram o Museu a deixar em segundo plano toda a produção de erva-mate que transformou a economia de Joinville no fim do século XIX e início do século XX. Assim, a partir de sua disposição museográfica o MNIC apresenta-se como um espaço museológico etnizado, privilegiando discursivamente os teuto-brasileiros. Tomando como referência essas constatações, investigaremos os espaços de visitação que compõem o Museu e a forma como estão distribuídos os acervos dentro deste local de memória.

Palavras-chave: Museu Nacional de Imigração e Colonização, etnização, teuto-brasileiros e luso-brasileiros.

ABSTRACT: When analyzing the entire exhibition context present at the National Museum of Immigration and Colonization - MNIC and layout of a mill mate in fragments exposed within a space of visitation Museum, this article aims to discuss the reasons that led the Museum to leave in the background the entire production of yerba mate, which transformed the economy of Joinville in the late nineteenth and early twentieth century. Thus, from its disposal museográfica the MNIC presents itself as a museum etnizado, discursively favoring the German-Brazilians. Referring investigate these findings visitation spaces that make up the museum and how the collections are distributed within this memory location.

Keywords: National Museum of Immigration and Colonization, ethnicization, german-brazilian and luso-brazilian.

* Mestre em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, no Programa de Pós-Graduação em História, com área de concentração em História do Tempo Presente, Especialista Cultural – Educadora do Museu Nacional de Imigração e Colonização. Email: elainemachado.ecm@gmail.com.

** Acadêmico do curso de História da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE e estagiário do Setor de Educação do Museu Nacional de Imigração e Colonização. Email: andrecorrea.marimon@gmail.com.



1. Introdução

O Museu Nacional de Imigração e Colonização, localizado na cidade de Joinville, nordeste de Santa Catarina, comemorou em novembro de 2012, 50 anos de exposições abertas ao público.

Por meio da lei nº 3.188, de 2 de Julho de 1957, o então Presidente da Republica Juscelino Kubitschek autorizou “a adquirir, o edifício existente naquela cidade,”¹ o Palácio dos Príncipes, antiga sede administrativa da Colônia Dona Francisca, transformando este espaço na sede do Museu. Essa mesma lei publicada no Diário Oficial de 02 de Julho de 1957, possui 05 artigos, definindo quais as funções, programas de estudos, e indicando quais os objetos a serem recolhidos, sendo que esses deveriam remeter a imigração e colonização do Sul do Brasil.

Com a intenção de salientar os objetivos do Museu Nacional de Imigração e Colonização e apontar as diretrizes de estudos e exposições, à lei aponta as seguintes condições:

Art.1º é criado na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, o Museu Nacional de Imigração, para recolhimento de todos os objetos que recordem a imigração no sul do país e também os documentos e publicações atinentes à mesma;

Art. 2º o Ministério da Educação e Cultura criará ali as secções necessárias à conservação e exposição daqueles objetos e à elaboração e divulgação de estudos sociológicos, históricos, etnográficos e etnológicos com base no material recolhido.²

Com base em fragmentos da legislação acima descrita, podemos ter uma noção mínima dos objetivos gerais da criação do MNIC, e quais as intenções e propostas para seus espaços expositivos: “[...] recolhimento de todos os objetos que recordem a imigração no Sul do País e também os documentos e publicações atinentes à mesma.” Seguidamente de: “[...] elaboração e divulgação de estudos sociológicos, históricos, etnográficos e etnológicos com base no material recolhido”.

A fim de concretizar o que fora estabelecido por lei federal em 1957, em 26 de novembro de 1961, a Prefeitura Municipal de Joinville, assinou um “Convênio para a

¹ Lei n.º 3.188, de 2 de julho de 1957, Art. 3º.

² Lei n.º 3.188, de 2 de julho de 1957, Art. 1º e Art. 2º.



organização, instalação e funcionamento” do MNIC com o Ministério da Cultura assumindo algumas obrigações. Entre as obrigações que couberam à prefeitura consta a abertura do Museu, que fora viabilizada com a ajuda de uma comissão composta por pessoas ligadas a grandes empresários da cidade, denominados “Amigos do Museu Nacional de Imigração e Colonização”.

Esta comissão, juntamente com a Prefeitura de Joinville, começou a adquirir os objetos que comporiam o acervo do museu. Selecionando o que celebraria, qual passado deveria ser lembrado, e julgando os interesses pertinentes aos visitantes e à comunidade.

O Museu possui um casarão destinado à visitação, dividido em três pisos com exposições permanentes. Este casarão fora tombado a partir de 1939, pelo SPHAN³, hoje IPHAN, com uma política de preservação de todos os espaços que guardavam a memória nacional, na esteira da preservação do patrimônio material: bens de “pedra e cal”.

Composto, ainda, por mais três espaços expositivos, localizados aos fundos do casarão. Entre esses espaços expositivos, estão o Galpão de Tecnologia Patrimonial, onde ficam os engenhos que comunicam os saberes e fazeres do imigrante ou do colono; o Galpão de Transportes, onde ficam as carroças, carroções, e os carros fúnebres; e a casa Enxaimel, definida como a casa do colono, o que sugere algumas questões interessantes, mas que não pretendemos aprofundar aqui.

O casarão, construído para ser a residência de Frederico Brüestlein⁴ e centro administrativo da colônia, possui objetos de uma classe abastada e devidamente distinta das demais áreas de visitação. Adentrando ao casarão, logo no térreo, onde se localiza atualmente a recepção do Museu, o visitante se deslumbra com móveis que pertenceram ao proprietário. São móveis de acabamento refinado e de um alto padrão social. Com efeito, os outros objetos expostos tanto nos espaços seguintes, quanto nos andares superiores pertenceram a famílias de grande poder político, de origens germânicas, reconhecidas por suas posses e de imigrantes que constituíram os quadros sociais mais influentes da cidade. Ou seja, a classe dominante,

³ **Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)** criado em 13 de janeiro de 1937 e regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25 no dia 30 de novembro do mesmo ano, poucos dias após o golpe que instituiu o Estado Novo. Atualmente este órgão denomina-se IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

⁴ O casarão, construído entre 1867-1870, para ser a sede administrativa da então Colônia Dona Francisca, era a casa do superintendente, Frederico Brüestlein, onde hoje fica a sede do MNIC. Mais informações pesquisar em: FICKER, Carlos. **História de Joinville - Crônica da Colônia Dona Francisca**. 3ª ed., editora Letra d'água, 2008.



em sua grande maioria alemã, ou teuto-brasileira, com grande destaque na sociedade e no cenário político de Joinville.

Saindo do casarão e se encaminhando para a parte dos fundos do Museu, o visitante se dirige ao galpão de tecnologia⁵, onde encontramos os saberes e fazeres do colono. Os engenhos, que também seriam objetos de distinção social, para quem os possuíam dentro daquele círculo em que havia a necessidade de se produzir alimentos agregados de outro valor. Entre esses engenhos de farinha, de cana-de-açúcar, de milho, engenho de erva-mate, ainda há uma canoa de pesca, um alambique de cachaça, e outros objetos do cotidiano e do trabalho braçal que enaltecem o discurso do “mito fundador” da cidade. Contudo, relegado a um lugar secundário dentro da museografia apresentada.

Um pouco mais adiante encontramos outro espaço, denominado como Galpão de Transportes. Em exposição, estão os transportes da antiga colônia. São carroças de transportes de colonos, para vender a sua produção na cidade, carro de noivos, carros fúnebres, charretes, carrinhos de mão para carregar madeira e pedras para construções e um carroção. Esse carroção, identificado como São Bentowagen remete ao transporte de cargas, especialmente ao transporte de erva-mate do planalto norte catarinense.

E a casa Enxaimel, com características europeias⁶, de madeiras encaixadas, dando sustentação, como uma armação, e preenchidas, com tijolos, pedras, ou barro, entre os espaços vazios.

O Museu durante quase meio século dirigiu esforços na construção de um espaço etnizado e propício para a turistificação, não que museus não devam investir na apropriação de seu patrimônio por turistas, a questão é que este espaço se tornou uma espécie de parque de diversões a espera de turistas ocasionais, seduzidos por um discurso que desse conta de explicar toda a história da cidade.

Seguindo então as discussões propostas por Foucault⁷ em que a história dos espaços tem grande importância para se entender a história dos poderes, podemos perceber que tais interrogações se estendem, também, para um espaço como o MNIC? Podemos também

⁵ No momento da realização desta pesquisa o galpão de tecnologia estava interditado, com o telhado comprometido.

⁶ Para quem se interessar sobre as casas “enxaimel”, Ver: IMHOF, Afonso. Arquitetura e Imigração Germânica: os enxaiméis na História, etnicidade e veracidade. Blumenau em cadernos-Tomo XLII-n. 1/2-janeiro/fevereiro – 2001.

⁷ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. p.318-343.



inquirir sobre a forma como os acervos estão distribuídos dentro do MNIC? Considerando que o MNIC foi eleito pelo poder público municipal como o principal espaço de memória da cidade, sendo também um campo de disputas políticas, de poderes e discursos sobre esquecimentos e memórias a serem lembradas. Segundo sublinha Foucault,

Seria preciso fazer uma ‘história dos espaços’- que seria ao mesmo tempo uma ‘história dos poderes’- que estudasse desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do habitat, da arquitetura institucional, da sala de aula, ou da organização hospitalar, passando pelas implantações econômico-políticas.⁸

Portanto, o que aparenta ser, pode estar omitindo algo que esteja codificado nestes espaços de vivência. Como está distribuído? Quem o definiu assim? Porque está posicionado dessa forma e não de outra? O que guarda a sua história?

A investigação desse artigo se dirige à maneira como este importante espaço de memória lida com a presença luso-brasileira. Grupo que participou ativamente no desenvolvimento da cidade e de um período importante de sua história, o que nos remete aos engenhos de erva-mate localizados dentro dos espaços do MNIC. Comercializada, industrializada, e transportada pelos mais variados grupos de pessoas e origens que se viram envolvidas nesses empreendimentos, mas principalmente por uma elite lusa, enriquecida e politicamente articulada. Entretanto, omitidos ou jogados ao esquecimento dentro das memórias condicionadas da cidade, ou espaços de vivências comuns e públicos. Esses personagens foram induzidos a coadjuvantes da história⁹, figuram, como fantasmas, entre o esquecimento e o silêncio dentro dos espaços expositivos do Museu.

A condição como a exposição está estruturada nos instiga a pensar quais os referenciais que o visitante, atento ou não, poderia ter ao entrar no Museu, sobre essa população lusa, ou negra, ou mesmo indígena, que viveram, e ainda vivem nesta região, se no momento em que o turista chega à cidade, logo é intensamente bombardeado de informações, de que aqui morou um Príncipe; sobre seu Palácio; como a cidade foi fundada e construída por imigrantes alemães; aqui não existiram escravos e nem índios, ou eram raras suas

⁸ FOUCAULT. Op. Cit., p.322.

⁹ Álbum do Centenário de Joinville: 1951.



aparições. Legando assim uns ao esquecimento e outros a subjugação histórica.

Analisando, assim, o MNIC, a distribuição dos espaços e considerando a atuação e a representação desta elite dominante, podemos perceber sua visão de mundo. Organizando a exposição do Museu de forma que os objetos, representativos da classe dominante e seus trabalhos nobres, correspondessem em primeiro plano, no casarão, na frente, aproximando essa cartografia as guias da sociedade. Seguidos pelos trabalhadores, com importância secundária e seus ofícios braçais, aparentando uma ausência de nobreza no seu labor cotidiano. Incluindo os galpões de tecnologia e de transportes neste segundo plano. E a moradia, “simples” do colono. Almejado lar por todos os imigrantes e trabalhadores. Realizado e agradecido, mas cada qual em seu lugar, definido por sua classe e conduzido, condicionado e naturalizado dentro do principal espaço de memória da cidade: o MNIC. A partir dessa síntese tentaremos entender o que representam os engenhos de erva-mate na construção espacial do Museu e porque foram legados ao esquecimento.

2. O engenho de erva-mate

Um engenho, em especial quando adentramos no galpão de tecnologia do MNIC, nos chama a atenção: o engenho de erva-mate. Assombra-nos a sua complexidade e tamanho, construídos de forma artesanal, com um conhecimento preciso de engenharia, marcenaria, e, também, pela sua disposição museográfica fragmentária e pela ausência de referências.

Qual relação esse engenho de erva-mate tem com a cidade de Joinville? O que esses engenhos enormes e complexos nos dizem a respeito do passado da cidade, dentro de um museu destinado a tratar da memória da imigração e da colonização no sul do Brasil? Embora tenha resignificado este propósito, tratando essencialmente da imigração teuta para Joinville.

E, caminhando pelas ruas de Joinville não encontramos referências a esses engenhos de erva-mate; qual foi sua importância histórica; devido a seu tamanho e complexidade, a quantidade desprendida de energia para a sua elaboração e manutenção deveria nos dizer algo. Referências em monumentos, praças e prédios, no costume das pessoas no consumo ou não de erva-mate, no cotidiano da cidade. Também pouco nos dizem esses espaços onde se encontram os engenhos. Esquecimento intencional? O silêncio é uma estratégia utilizada para encobrir um discurso que conduz ao esquecimento.



Dentre algumas fontes investigadas podemos citar a publicação da historiadora e professora Raquel S. Thiago: “Coronelismo Urbano em Joinville: O caso Abdon Baptista”. Suas análises incidem nas políticas de Abdon Baptista, baiano, ervateiro, que viveu em Joinville entre o fim do século XIX e início do século XX. O mesmo possuía grandes engenhos de beneficiamento de erva-mate, entre outros produtos comercializados e exportados para vários países da América do Sul e Europa, através do porto de São Francisco do Sul.

A construção da Estrada Dona Francisca na década de 1870, facilitou o transporte da erva-mate do planalto norte catarinense e sul do Estado do Paraná, para a cidade de Joinville, onde eram processadas toneladas do produto em engenhos construídos para dinamizar a demanda. Antes da construção da estrada, ou se transportavam por picadas, em pequenas quantidades, ou seguiam para o porto de Paranaguá, o que demandava tempo e elevavam os custos desta empreitada.

A indústria ervateira mudou o cotidiano da colônia,

O processo pelo qual se desenvolvia a economia ervateira em Joinville iniciava-se no planalto, de onde era extraída a erva e beneficiada com mão-de-obra cabocla; numa segunda etapa, o produto beneficiado era transportado em carroções por teuto brasileiros. Finalmente, em Joinville, dava-se a industrialização, comandada por luso-brasileiros na maioria, e com mão-de-obra teuto-brasileira.¹⁰

A produção seguia por navios, enriquecendo assim os ervateiros, como eram conhecidos esses comerciantes e donos de engenhos de erva-mate. Transformando-os em uma poderosa força política e econômica, uma nova força política, confrontando a elite germânica, principalmente pela comercialização e industrialização da erva-mate, por ser um produto de baixo custo e que alcançava imensos lucros nos mercados nacionais e internacionais.

O que intensifica assim a migração de ervateiros advindos do Paraná. Segundo Raquel S. Thiago: “Assim é que em 1877, Antônio Sinke, paranaense, instalava em Joinville os primeiros engenhos de erva-mate. Outros paranaenses também se instalaram com seus engenhos em Joinville [...]”.¹¹

¹⁰ S.THIAGO, Raquel. *Coronelismo Urbano em Joinville: o caso Abdon Baptista*. Ed. Governo do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. 1988.

¹¹ S.THIAGO, *Op.cit.* 1988, p.30-31.



Esses ervateiros se uniram para melhorar o beneficiamento e aumentar de forma sensível o lucro de seus empreendimentos. Fundaram assim a Companhia Industrial. Seus acionistas, predominantemente luso-brasileiros ampliaram seus negócios, também para o Paraná, onde dominavam o comércio do produto incluindo o planalto norte catarinense. Importavam, em contra partida, produtos manufaturados para suprir toda essa região em que atuavam. Além de transportar, através da navegação de cabotagem cal para o Rio de Janeiro e São Paulo, ainda traziam sal do Rio Grande do Norte para a pecuária e abriram uma filial do Banco Industrial e Construtor do Paraná, para facilitar suas operações bancárias. Sendo os proprietários do primeiro banco de Joinville.¹²

Segundo a autora, essa atividade comercial ervateira impulsionou a então colônia Dona Francisca a um desenvolvimento econômico que permitiu o colono permanecer na localidade, pois muitos migraram para outras regiões mais frias e com melhores condições de vida. Envolveram-se com o transporte, a fabricação de barricas para o acondicionamento do mate a ser exportado e toda a mão-de-obra, direta ou indireta, que se exigia desse e de outros empreendimentos ligados ao comércio ervateiro.

A pesquisa realizada por S. THIAGO trata de um tema muito comum no nordeste brasileiro: o coronelismo, contudo, através dessa pesquisa, segundo a autora, o coronelismo urbano¹³ não seria um fenômeno estritamente nordestino. Centrando suas atenções em Abdon Baptista, dono de engenhos de erva-mate e de grande influência social e política em toda a região, especialmente Joinville, a autora percebeu que a postura e atitudes do personagem remetiam as mesmas de um coronel "tipicamente nordestino". Abdon Baptista tornou-se então uma figura influente e de grande apelo popular. Foi eleito vereador, deputado estadual, deputado federal, senador, vice-governador de Santa Catarina e Governador em exercício, sendo também superintendente (prefeito) de Joinville de 1915-1918, se estendendo até 1921.

Não é de admirar, pois que ao período de grande progresso no nordeste catarinense que abrangeu especialmente a primeira década deste século, tenha correspondido a uma época de intensa atividade comunitária e liderança política de Abdon Baptista e dos demais componentes da oligarquia do mate. É o caso do Procópio Gomes de Oliveira em cujos governos (1907-1913) foram construídos os prédios do Hospital Municipal

¹² S. THIAGO, Idem, *Ibidem*, p.32-33.

¹³ S. THIAGO, *Op., cit.* p. 41-44. Ver também: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo, Alfa Omega, 1975.



São José, do Clube Joinville, e do Mercado Municipal. Foi um período de poderio, influência e ação da oligarquia do mate que encarnou em Abdon Baptista o seu maior representante, o chefe local com influência de âmbito estadual e federal, quando o coronelismo se fez presente em Joinville, no período da primeira república, fenômeno comum em todo o Brasil.¹⁴

Ligado à família Gomes de Oliveira detentora de grande influência política e latifundiária em toda a região nordeste de Santa Catarina, litoral do Paraná e Curitiba¹⁵, Abdon Baptista, e todos os lusos brasileiros envolvidos com a produção ervateira, em geral, ligados a essa mesma família Gomes de Oliveira, foram vistos com desconfiança e como uma ameaça política aos teuto-brasileiros e a idealização do germanismo que alguns queriam implantar em Joinville.

A imprensa era utilizada como arma política, pelos dois lados, tanto pelos luso-brasileiros, quanto por teuto-brasileiros que disputavam o controle do eleitorado da cidade. Sendo o jornal, uma arma importantíssima nesta conquista dos votos. Os teuto-brasileiros defensores do germanismo acusavam alguns alemães de se venderem, e publicavam discursos atacando os adversários, lusos e teutos brasileiros como neste artigo publicado no “Kolonie Zeitung” de 3/11/1898:

Por acaso está escrito nos astros que os descendentes de portugueses ocuparão eternamente uma posição dominadora? Pelo que sabemos, isto já foi lamentado um sem número de vezes, como uma desgraça para o país; a raça que se denomina ‘Brasileira’ já foi negada várias vezes a capacidade de levar este país, tão ricamente dotado, a prosperidade. Que nós, os estrangeiros, lhes prestamos os mais preciosos serviços no campo administrativo e econômico não precisamos avisar mais uma vez [...]. É absolutamente desnecessário que descendentes de “pés de chumbo” estejam sentados nas cadeiras de presidentes, nas repartições federais, nos cargos administrativo¹⁶

Esse discurso reflete a dimensão das disputas políticas entre teuto-brasileiros e os luso-brasileiros, já no fim do século XIX e início do século XX, evidenciando a não aceitação e insatisfação por parte de alguns teuto-brasileiros, da interferência de lusos brasileiros na política da cidade. Sendo por um período, impossível de se realizar, o que muitos dos teuto-

¹⁴ S. THIAGO. *Op., cit.* 1988, p. 44.

¹⁵ OLIVEIRA, Ricardo Costa. “Homens Bons” da Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Uma “Elite Senhorial” do Brasil Meridional nos séculos XVIII e XIX. *Revista do Arquivo Histórico de Joinville*, v.1, n.1, p. 127-154, 2007.

¹⁶ S. THIAGO, *op., cit.* p. 84. Artigo publicado no jornal *Kolonie Zeitung* de 3/11/1898.



brasileiros, adeptos do germanismo¹⁷, pretendiam.

O poder político e econômico que o beneficiamento da erva-mate trouxe para a região perdurou até os meados dos anos 1920, quando as reservas de ervais do planalto norte catarinense e sul do Paraná quase que se extinguíram, além das barreiras geradas pela questão do Contestado.

Este produto foi imprescindível para a estruturação econômica da cidade de Joinville¹⁸. Os carroções chamados de São Bentowagen circulavam varias vezes por mês do alto da serra, abarrotados de erva-mate, e retornavam com outros produtos serra acima. Segundo a historiadora Elly Herkenhoff em 1901 a cidade contabilizava “mais de 200 carroções”.¹⁹ Podemos imaginar assim a quantidade de carroções e o movimento dos mesmos entre o planalto e a cidade de Joinville nesse período. Isso se refletiu na política: o domínio luso-brasileiro foi total no início do século XX.

[...] Através de Abdon Baptista, Canac foi prefeito no período 1890-1891. Abdon Baptista, entre 1892-1893 e Procópio Gomes de Oliveira, entre 1903 e 1906. Esta liderança perdurou até 1921, pois Procópio foi eleito novamente prefeito para o período de 1911-1914 e Abdon Baptista voltou à prefeitura entre 1915-1921.²⁰

Esse domínio luso-brasileiro, que incomodou alguns indivíduos da elite teuto-brasileira da época se perpetuou através dos anos de 1930, com o golpe de Getúlio Vargas, até a queda de seu governo, após o ano de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial. Durante o governo Vargas, foram implantadas políticas de “abrasileiramento” do Brasil. Obrigando aos estrangeiros, ou descendentes de imigrantes, a falar somente o português, punindo aos que não respeitassem a lei com prisões, torturas e outras formas de humilhação impostas a partir deste momento conhecido como “Campanha de Nacionalização”. Essa política foi um choque imediato para todos os imigrantes, especialmente para os teuto-brasileiros que moravam em Joinville e que mantinham um *ethos* germânico, onde a língua era sua maior manifestação

¹⁷ S. THIAGO, *op. cit.* p. 88. A autora sublinha em sua investigação que nem todos os teuto-brasileiros eram contra o poder luso, entretanto essa manifestação corrobora com a política desses mesmos lusos.

¹⁸ S. THIAGO, *op. cit.* 1988.

¹⁹ HERKENHOFF, Elly. **Era uma vez um simples caminho...: fragmentos da história de Joinville.** Joinville: Fundação Cultural de Joinville, 1987. p. 85. In. : SOSSAI, Fernando Cesar; COELHO, Ilanil. **Engenhos: fragmentos sobre a história da alimentação de Joinville.** Joinville: Univille, 2012.

²⁰ S. THIAGO, *op. cit.* 1988. Podemos encontrar também em: Álbum Histórico do centenário de Joinville-SAJ: 1951. p. 76.



pública.

3. A etnização de uma cidade

As comemorações do centenário de Joinville em 1951 movimentaram toda a cidade com festividades, desfiles, publicações de livros e revistas que buscavam contar a história da Colônia, destacando como os imigrantes encontraram essas terras entre manguezais e florestas virgens. Revertendo essas adversidades naturais em uma cidade próspera, pacata, industrial, e de pessoas honestas e trabalhadoras, trazendo na memória todo o orgulho do imigrante trabalhador. Podendo visualizar todos esses adjetivos, principalmente, em lugares de memória como praças, monumentos, escolas, hino da cidade, discursos recorrentes, tanto proferidos pela imprensa, quanto por empresários e políticos; celebrando a data de comemoração da fundação de Joinville: o 9 de março de 1851.

A partir de então o discurso direcionava - podemos até dizer direciona? - toda a construção da história da cidade em um único sentido, o mito fundador. Associações como a SAJ- Sociedade Amigos de Joinville promoveram concursos de literatura, apoiaram às sociedades que guardavam as tradições vindas com os imigrantes germânicos, como as sociedades de tiro, os bombeiros voluntários, sociedades de dança, exposições, desfiles cívicos, e investiram grandes esforços em atos comemorativos.

Por fim, retornamos ao principal espaço de memória da cidade de Joinville: o MNIC, cujos esforços de seus administradores, que o idealizaram como um templo, transformaram-no em um monumento, destinado a contar uma história, a de seus antepassados, os imigrantes pioneiros, reforçando os movimentos iniciados em 1951, que visavam destacar a importância do imigrante alemão para Joinville.

Silenciados pela força, no período da Nacionalização imposta por Vargas, e ameaçados por pessoas consideradas intrusas, em uma terra prometida somente para o ordeiro povo alemão. O museu distanciando-se de seu objetivo decretado na lei nº 3.188, de 02/07/1957, exalta e exhibe de forma explícita a presença germânica nos seus espaços de visitação e em sua museografia em detrimento a outros grupos étnicos que viveram, e que vivem ainda hoje, na cidade de Joinville e no sul do Brasil.



Os engenhos de erva-mate remetem a um contexto muito curioso e interessante para a História da cidade, que remetem ao início do século XX. São objetos silenciados por um discurso estabelecido no momento da inauguração do MNIC, que os encerraram e os relegaram a uma atmosfera de esquecimento. A História desses engenhos está ligada diretamente a uma elite, luso-brasileira, que não dialoga com os discursos eleitos para estar no museu. Onde se faz necessário esquecer, de forma a dispor em meio a uma museografia difusa nos espaços expositivos do museu a memória da presença luso-brasileira em Joinville, sugerindo ao visitante uma única leitura acerca da História da cidade.

Diante desses engenhos de erva-mate impressionantes, o MNIC vem tentando transformar, nos últimos anos, o abandono em questionamento, entendendo que para ocorrer de forma eficaz essa mudança, a Educação Patrimonial tem grande importância nesta transformação. A partir deste entendimento por parte de educadores, professores, estudantes, monitores e todos os envolvidos, poderemos então desenhar um caminho mais aberto e democrático para debater o porquê essa História não pertencia a todos que participaram da imigração e colonização do sul do Brasil, assim como define a lei federal que decretou a criação do MNIC.

Entre os espaços de visitação de um Museu ou mesmo outros espaços públicos espalhados pela cidade, como uma simples praça ou um monumento ao imigrante, ou pelas múltiplas cidades que formam Joinville, devemos sempre duvidar e questionar o que vemos e o que nos dizem esses lugares. Um Museu pode nos transmitir algo decodificado em que se naturaliza uma verdade através de discursos de poder, esquecimentos ou de produção da verdade, como nos chama a atenção Foucault, para o fato de que: “somos submetidos ao poder pela produção da verdade, e só podemos exercê-lo através da produção da verdade”²¹, reproduzindo discursos que sustentam o poder. O que torna os espaços em questão, como o Museu, um espaço de reprodução de poder, reprodução da verdade. Passando muitas vezes despercebido o fato que os espaços falam. Somente precisamos aprender a ouvir.

²¹ FOUCAULT, *Op. cit.* p. 279



4. Referências

4.1 Fontes consultadas

Lei n.º 3.188, de 2 de julho de 1957.

Sociedade Amigos de Joinville. **Álbum do Centenário de Joinville: 1851-1951**. Curitiba: Editora Mundial, 1951.

4.2 Bibliografias

FICKER, Carlos. **História de Joinville. Subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca**. 2ª ed. Joinville: Letradágua, 2008.

FINDLAY, Eleide Abril Gordon. **As disputas de terras no Termo de São Francisco Xavier de Joinville**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

FOUCUALT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução: Roberto Machado. 25ª ed. São Paulo: Graal, 2012.

IMHOF, Afonso. **Arquitetura e imigração Germânica: os enxaiméis na História, etnicidade e veracidade**. Blumenau em Cadernos – Tomo XLII – n.1/2 – janeiro/fevereiro – 2001.

MACHADO, Diego Finder. **Retóricas do abandono: indícios de experiências urbanas em uma cidade contemporânea**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

MACHADO, Ricardo. **A invenção da cidade etnizada: História e Memória na Blumenau contemporânea**. (1974 – 2002). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **“Homens Bons” da Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul**. Uma “elite senhorial” do Brasil Meridional. Revista do Arquivo Histórico de Joinville. v.1, n 1. Joinville. Arquivo Histórico de Joinville, 2007.

RIBEIRO, Lucas Solange. **Espaço Escolar: um elemento (in)visível no currículo**. Sitientibus, Feira de Santana, n.31, p.103-118, jul./dez. 2004.

S. THIAGO, Raquel. **Coronelismo Urbano em Joinville**. O caso Abdon Baptista.



O Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville: etnização e exclusão - o caso da erva-mate - Elaine Cristina Machado e André Rosa da Costa Corrêa

Florianópolis: ed. Governo do Estado de Santa Catarina, 1988.

SILVA, Denize Aparecida da. **Plantadores de Raiz**: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville - 1845/1888. Curitiba, UFPR, Dissertação de Mestrado, 2004.

SOSSAI, Fernando Cesar. COELHO, Ilanil. **Engenhos**: fragmentos sobre a história da alimentação de Joinville. Joinville: Univille, 2012.

TAMANINI, Elizabete. **Vidas transplantadas**: Museu, educação e a cultura material na (re)construção do passado. Campinas, UNICAMP, Tese de Doutorado, 2000.

TERNES, Apolinário. **A economia de Joinville no século XX**. Joinville: Letra d'água, 2002.

_____. **História econômica de Joinville**. Joinville: Meyer, 1986.

Recebido em 06 de outubro de 2013

Aceito para publicação em 30 de julho de 2014

